

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais Pós-Graduação
Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

ANTONIO MARIO DE PAULA FERREIRA IELO

PROJETO BÁSICO DE ÁREA PÚBLICA DE LAZER, ESPORTE E
CULTURA COM GESTÃO PARTICIPATIVA DOS USUÁRIOS

São Paulo

2014

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais Pós-Graduação
Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

ANTONIO MARIO DE PAULA FERREIRA IELO

PROJETO BÁSICO DE ÁREA PÚBLICA DE LAZER, ESPORTE E
CULTURA COM GESTÃO PARTICIPATIVA DOS USUÁRIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
a Comissão Avaliadora como exigência
parcial para obtenção do certificado de
conclusão do curso de Pós-Graduação Lato
Sensu em Gestão e Políticas Públicas, pela
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, da
Fundação Escola de Sociologia e Política de
São Paulo.

Tutor: Luis Fernando Vitagliano

São Paulo

2014

SUMÁRIO

1. Introdução	5
2. Objetivo	7
3. Projeto da Infraestrutura Física	8
3.1. Área Proposta	9
3.2. Infraestrutura Física	10
4. Projeto de Gestão Participativa	13
4.1. Infraestrutura para Gestão Participativa	13
4.1.1. Gerencia da Prefeitura	13
4.1.2. Conselho dos Usuários (“Conselho do Parque”)	13
4.2. Segurança	14
4.3. Comunicação	14
5. Viabilidade	15
5.1. Viabilidade Econômica	15
5.2. Viabilidade Política	15
6. Considerações Finais	16
7. Bibliografia	17

RESUMO

A necessidade humana de convivência social, esta prejudicada por falta de espaços físicos urbanos, bem como equipamentos públicos disponíveis. As atividades próprias para a juventude, adolescentes e crianças, e também para outras idades, são fundamentais para o bem estar da população. Esta situação se agrava se considerarmos o aumento da expectativa de vida e a possibilidade de diminuição das horas de trabalho.

Disponibilizar áreas públicas para lazer, esporte e cultura integrados e atrativos para a população em geral, como referencia urbanística, interligadas a outros atendimentos públicos de educação, saúde, assistência social, esportivo e serviço administrativo, de forma gratuita para todas as idades, com a convivência social plena, com a alegria, diversão, segurança, respeito ao próximo, solidariedade e prazer, proporcionando uma qualidade de vida melhor para todos de forma participativa e democrática. Será implantado e mantido pelo poder público com gestão compartilhada com a comunidade usuária, conscientizando os usuários do seu poder coletivo e de sua capacidade gestora, cultivando os valores culturais locais e apresentações de intercambio cultural.

Na elaboração do projeto de concepção e gestão serão modelos para parques públicos construídos pela prefeitura em conjunto com os próprios usuários de forma participativa diretamente na gestão, através de conselhos gestores e fiscais, eleitos pelos usuários, como uma célula democrática integrante da cidade. Quanto mais atrativo e sedutor forem às atividades desenvolvidas, maior será a frequência e participação.

Tomando como base o município de Botucatu / SP, atualmente com 140 mil habitantes, e utilizando o Planejamento Setorial do Orçamento Participativo implantado em 2002 pela Prefeitura Municipal, com proposta da implantação da infraestrutura física composta por módulos, numerados como sugestão de prioridade de implantação, sendo a administração geral e os investimentos do poder público municipal.

Palavras-chave: Urbanismo – Lazer –Parque Público – Gestão Pública - Trabalho

ABSTRACT

The human need for social interaction, impaired by this lack of physical urban spaces and public facilities available. Their own activities for youth, teens and children, and also for other ages, are fundamental to the well being of the population. This situation gets worse if we consider the increase in life expectancy and the possibility of decreased work hours.

Provide public areas for leisure, sport and culture integrated and attractive to the general population, as urban reference, interconnected to other public appointments of education, health, social welfare, sports and administrative service for free for all ages, with full with the joy, fun, safety, respect for others, solidarity and social harmony pleasure, providing a better quality of life for all participatory and democratic manner. Will be implemented and maintained by the government in management shared with the user community, educate users of their collective power and ability of its management, cultivating local cultural values and performances of cultural exchange.

So In preparing the project design and management models for public parks will be built by the city in conjunction with the users in a participatory manner directly managed through management and supervisory boards, elected by users as a democratic member of the cell city. The more attractive and alluring to are developed, most activities will be the frequency and participation.

Based on the Botucatu / SP, currently with 140 thousand inhabitants, and using the Sectoral Planning Participatory Budgeting implemented in 2002 by the Municipality with the proposed deployment of physical infrastructure composed of modules, numbered suggestion deployment priority, being the general management and investment of municipal government.

Keywords: Urbanism – Public Recreation-Park - Public Management - Work

1. Introdução

As cidades brasileiras, através do poder público, pouco oferecem aos cidadãos áreas integradas de lazer, esporte e cultura, não proporcionando espaço de convivência social prazerosa e atrativa, deixando historicamente para a iniciativa privada e associações sociais, esportivas, ou classistas. As ofertas existentes pelo poder público são pontuais ou estratificadas por idade ou atividades específicas, não existindo amplas áreas que atenda as necessidades e escolhas da população e que proporcione as mais variadas e possíveis expressões culturais e esportivas, ou simplesmente de puro lazer.

A necessidade humana de convivência social, esta prejudicada por falta de espaços físicos urbanos, bem como equipamentos públicos disponíveis. As atividades próprias para a juventude, adolescentes e crianças, e também para outras idades, são fundamentais para o bem estar da população. Esta situação se agrava se considerarmos o aumento da expectativa de vida e a possibilidade de diminuição das horas de trabalho.

É compressível esta carência, considerando o atraso histórico do planejamento urbano e a correta priorização das áreas que ofertam empregos, serviços, alimentação, habitação, transporte e atendimento a saúde e educação. Deixando sempre em segundo plano o Lazer, principalmente para a população com pouco poder aquisitivo, sendo ofertado o modelo privado em clubes e associações e aos operários as associações desportivas classistas. Ficando o poder público com a obrigação de zelar pelas praças e parques da cidade, que servem para contemplação de jardins e descanso.

Com o aumento populacional das áreas urbanas, cada vez mais se faz necessário espaços urbanos para convivência social ou esportiva, e que possa ser utilizado por toda a população de forma gratuita e espontânea, sem limites a manifestação humana com as regras básicas de convivência de cidadania. A forma comercial de distribuição parcelada dos lotes urbanos, o advento da televisão e as atividades diárias contemporâneas proporcionam o atual recolhimento familiar aos seus lares, diminuindo gradativamente a convivência social ao longo das últimas décadas, preservando apenas ao espaço privado familiar.

Com o livre mercado regulador e um estado “enxuto”, os “Shoppings Center”, ou melhor, os “Centros Comerciais”, tornaram as referências de lazer da população em geral, valorizando o consumo em detrimento a cultura espontânea da sociedade,

segregando socialmente os menos favorecidos financeiramente as casas noturnas e barracões especulativos para bailes e shows nas periferias urbanas, ou a pequenos “guetos” sem nenhuma infraestrutura ou difusão de cultura e conhecimento.

A escolha deste tema tem por finalidade proporcionar áreas e equipamentos públicos para convivência social criando um modelo que possibilite a difusão e conscientização da necessidade da participação na gestão pública. E será utilizado o município de Botucatu, como área de implantação considerando suas necessidades e dados estatísticos orçamentários e populacionais.

2. Objetivo

O objetivo é disponibilizar áreas públicas para lazer, esporte e cultura integrados e atrativos para a população em geral, como referencia urbanística, interligadas a outros atendimentos públicos de educação, saúde, assistência social, esportivo e serviço administrativo, de forma gratuita para todas as idades, com a convivência social plena, com a alegria, diversão, segurança, respeito ao próximo, solidariedade e prazer, proporcionando uma qualidade de vida melhor para todos de forma participativa e democrática. Será implantado e mantido pelo poder público com gestão compartilhada com a comunidade usuária, conscientizando os usuários do seu poder coletivo e de sua capacidade gestora, cultivando os valores culturais locais e apresentações de intercambio cultural. Fazendo um comparativo histórico com os projetos existentes e seus resultados positivos e negativos, demonstrando dificuldades e necessidades de mudanças legislativas de incentivo, oficialização e regulamentação. Os indicadores utilizados serão o numero populacional, desempenhos educacionais, condições de saúde, índices de violência, bem como pesquisas de frequência e satisfação, dentre outros, da área abrangida.

Seguindo os conceitos de Gramsci, como referencia fundamental o “Direito a Cidade”, entendendo a necessidade de organizar e planejar “todo” o município, área urbana e rural, utilizando o “Estatuto das Cidades”, proporcionando a participação popular, a gestão por conselhos eleitos, aproximando técnicos públicos com os usuários e a população em geral, tendo o poder público a concepção e o financiamento da implantação e manutenção das áreas públicas para lazer, esporte e cultura integradas, ficando a iniciativa privada à possibilidade de fazer parcerias e publicidades regulamentadas.

Na elaboração do projeto de concepção e gestão são modelos para parques públicos construídos pela prefeitura em conjunto com os próprios usuários de forma participativa diretamente na gestão, através de conselhos gestores e fiscais, eleitos pelos usuários, como uma célula democrática integrante da cidade. Quanto mais atrativo e sedutor forem às atividades desenvolvidas, maior será a frequência e participação.

3. Projeto da Infraestrutura Física

Considerando que a proposta será apresentar um modelo de Parque Comunitário a ser implantado em qualquer município brasileiro, considerando suas necessidades locais, independente de qualquer característica própria, propondo projeto básico que será a própria área escolhida, que tenha um simples espaço livre que possa abrigar o maior numero de propostas para serem implantadas de atividades culturais e esportivas, conforme disponibilidade financeira municipal. Cada município terá suas características próprias de necessidades e condições financeiras de implantação. O Parque Comunitário será moldado e adequando a sua realidade.

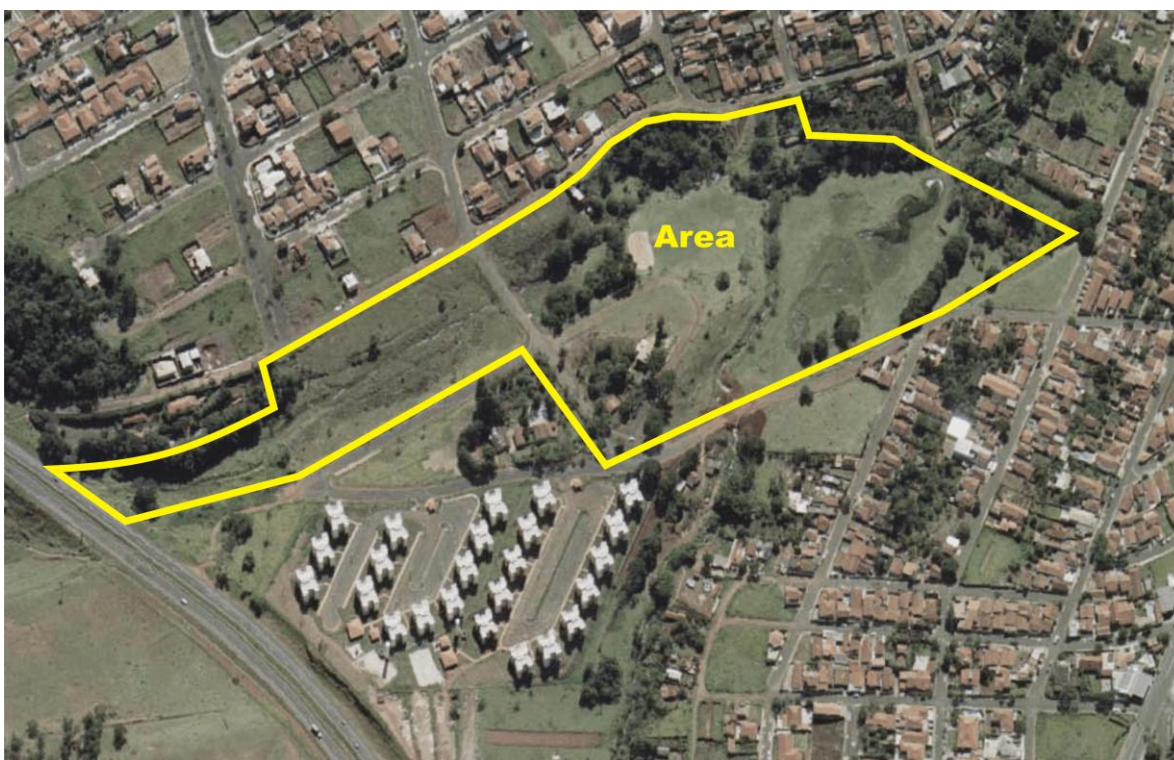
Tomando como base o município de Botucatu / SP, atualmente com 140 mil habitantes, e utilizando o Planejamento Setorial do Orçamento Participativo implantado em 2002 pela Prefeitura Municipal, na administração de 2001 a 2008, propomos: 5 Parques Comunitários, um para cada Setor: Setor Central, Setor Norte, Setor Leste, Setor Sul e Setor Oeste.



3.1. Área Proposta

Área recomendável de **40.000 m²**.

Área Pública do Jardim Recanto Azul, “baixada” formada pelo córrego da Cascatinha e córrego Água Fria, entre os bairros do Recanto Azul, Vila São Luis, Conjunto Residencial “Morar Bem”, Vila São Lucio e Jd. Bom Pastor na 4ª Região do Setor Central do OP de Botucatu.



3.2. Infraestrutura Física

A proposta da infraestrutura física foi composta por módulos, numerados como sugestão de prioridade de implantação.

1. Módulo do Campo de Futebol

campo gramado de futebol
pista e equipamentos de atletismo
vestiários
Sanitários públicos
arquibancadas
Mini bar
área para palco para show ao ar livre

2. Módulo Infantil

Parque infantil
Berçário
Sanitários públicos

3. Módulo das Quadras de Areia

Quadra de areia para Vôlei
Quadra de areia para futebol
vestiários
Sanitários públicos

4. Módulo das Canchas

cancha de Bocha
cancha de Malha
Mini bar
vestiários
sanitários públicos

5. Módulo Social

salão comunitário para reuniões e bailes
mesas para carteados, bingo, dominó, outros
equipamentos de multimídia (TV, Vídeos)
escritório administrativo
cozinha
Mini bar
Sanitários públicos

6. Módulo de Ginástica

equipamentos de ginástica ao ar livre
salão de ginástica indoor
vestiários
sanitários públicos

7. Módulo para Prática de Skate

pista de skate
tênis de mesa e pebolim
Sanitários públicos

8. Módulo da Administração

Escritório de gerência
Almoxarifado
Área interna dos funcionários
vestiários dos funcionários

9. Módulo para Festas Típicas

Área p/ tendas e barracas típicas
palco para shows de música e dança
praça de alimentação / lanchonete
Sanitários públicos

10. Módulo de Ecologia

- arborização paisagística com flora nativa
- Trilha paisagística para caminhada
- Pequena lagoa quando possível
- Salas de consciência ecológica
- Laboratório de informática e multimídia
- Sanitários públicos

11. Módulo do Ginásio Poliesportivo

- quadra poliesportiva
- palco show internos
- vestiários
- Sanitários públicos
- Arquibancada

12. Módulo do Parque Aquático

- Piscina semi olímpica
- Piscina infantil
- Piscina térmica coberta
- Duchas ao ar livre
- Vestiários
- Sanitários públicos

13. Módulo do Anfiteatro

- Palco
- Auditório
- Camarins
- Sanitários públicos
- Sala para oficinas de Dança
- Sala para oficinas de Musica

4. Projeto de Gestão Participativa

A administração geral e os investimentos serão do poder público municipal.

As escolhas e prioridades da infraestrutura física serão feitas por conselho da comunidade usuária, o “Conselho do Parque”, e propostas nas Assembleias do Orçamento Participativo do seu respectivo Setor, que será aprovado ou postergado, pelos delegados regionais, para posterior aprovação do Conselho Municipal do Orçamento Participativo - COMOP, para constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO do ano subsequente.

4.1. Infraestrutura para Gestão participativa

4.1.1. Gerencia da prefeitura

Investimento

Conservação

Manutenção

Limpeza diária

Realizar eventos culturais e esportivos

Segurança

4.1.2. Conselho dos usuários (“Conselho do Parque”)

Conselho Consultivo, paritário entre usuários e poder publico com as funções:

Seguir regimento interno geral

Eleição periódica de dois anos dos membros

Aprovar os investimentos e metas

Propor e priorizar investimentos

Fiscalizar

Mediar conflitos

Regulamentar as condições específicas locais

Propor eventos esportivos e culturais

Estimular a cultura e as tradições locais

Estimular a prática esportiva

Realizar intercambio cultural e esportivo e ajuda mutua

Aprovar parceria local com a iniciativa privada

4.2. Segurança

O Parque Público não terá muros ou alambrados para o seu fechamento geral, somente quando houver necessidade específica de projeto nos equipamentos e áreas reservadas para prática esportiva e áreas funcionais do parque, utilizando de harmonia paisagística para equilíbrio estético. O Parque será área contínua das ruas e calçadas do entorno, não havendo um única entrada ou saída, e sim vários caminhos quanto possível, como nas praças convencionais.

Sua iluminação deverá obedecer a critérios técnicos de boa iluminação nas áreas uteis e passeios públicos, propiciando visibilidade e segurança, bem como nos equipamentos esportivos e culturais.

A segurança do Parque Público será feita por zeladores municipais desarmados do próprio parque com monitoramento de câmeras digitais de segurança, com auxílio externo da guarda municipal.

4.3. Comunicação

A Será muito importante a forma e volume de comunicação da direção do parque com os usuários, incluindo as informações gerais do poder público e sua forma de gestão participativa. Deverá ser criado Manual geral de convivência, entre outros para conscientização da gestão participativa e a forma de investimento, e a importância da participação cidadã.

Deverá propor comunicação periódica com os usuários através de rede sociais, revista ou Jornal, bem como painéis informativos da gestão participativa.

5. Viabilidade

5.1. Viabilidade Econômica

A proposta aqui apresentada de Parque Público para atividades culturais e esportivas para todas as idades, aberta a comunidade, sem alambrados ou muros, não requer custos altos de investimento, considerando a área a escolhida ser pública, e sua implantação ser gradual conforme disponibilidade financeira. O parque poderá começar com apenas os quatro primeiros módulos: Módulo do Campo de Futebol, Módulo Infantil, Módulo das Quadras de Areia e Módulo das Canchas, sendo seu custo estimado abaixo de 100 mil reais, possível para qualquer orçamento municipal. A sua manutenção também é simples se aumento da própria estrutura existente da prefeitura, seja de manutenção ou limpeza e capina.

À medida que os investimentos forem possíveis pela municipalidade, poderá implantar novos módulos, e podemos projetar até nova etapa com os mais três módulos: Módulo Social, Módulo de Ginástica e Módulo para Prática de Skate, com custo estimado em 400 mil reais.

E sucessivamente os demais módulos: Módulo da Administração (custo estimado de 200 mil reais), Módulo para Festas Típicas (custo estimado de 100 mil reais), Módulo de Ecologia (custo estimado de 400 mil reais), Módulo do Ginásio Poliesportivo (custo estimado de 500 mil reais), Módulo do Parque Aquático (custo estimado de 500 mil reais) e Módulo do Anfiteatro (custo estimado de 500 mil reais).

5.2. Viabilidade Política

A falta de áreas e equipamentos de lazer, esporte e cultura em todos os setores da cidade, para todas as faixas etárias: crianças, jovens, adultos e terceira idade, independente de gênero, eram reivindicações constante da população nas assembleias do Orçamento Participativo, portanto, não encontramos nenhum impedimento político ou popular, necessitando apenas da vontade da municipalidade para sua implantação.

6. Considerações Finais

O poder público deve e pode oferecer áreas públicas de lazer, esporte e cultura para todas as idades, adequada a realidade das necessidades e escolhas da população usuária, para atividades realizadas pelo poder público, ou qualquer outro, seja entidades sem fins lucrativos ou particulares. Áreas com equipamentos básicos de convivência social e esportiva, que pode ser moldado conforme as escolhas dos frequentadores, com um custo orçamentário compatível a realidade local de implantação e manutenção, evoluindo conforme demanda local e prioridade orçamentária, efetuando o planejamento de implantação e gestão em parceria com a comunidade usuária, através de Conselho dos Usuários e fiscais eleitos pela própria comunidade.

A ausência destas áreas de lazer integradas proporciona aos cidadãos a divisão estratificada da população por idade ou interesse, proporcionando uma desagregação social e propiciando o surgimento de “grupos” ou “guetos” urbanos que se agridem sempre que se sentem ameaçados em seus espaços. A lógica do neoliberalismo pode ser desmascarada quando o direito ao lazer é realmente para todos, e não somente para quem pode pagar, e desmistificar os centros comerciais na lógica perversa do poder de compra para obter lazer. A necessidade do enfrentamento com a capacidade sedutora da iniciativa privada ofertada para a grande maioria destas atividades. Considerando que sempre existiram as manifestações culturais espontâneas na sociedade, através da arte e das atividades lúdicas e esportivas.

Com Gestão Participativa estaremos construindo um Estado democrático, garantidor dos direitos individuais e coletivos, justos e de igualdade social, e continuarmos o trabalho de reformar e aperfeiçoar o Estado, não para garantir o direito a defender seu patrimônio, mas a garantir a liberdade de direitos, aproximando ao máximo ao Estado de Natureza. Demonstrando a possibilidade de usufruirmos dos espaços públicos de qualidade, geridos com a participação efetiva dos usuários, dando a eles o poder de escolha. O lazer como prática social na sua vivência, questionando os valores dominantes do atual modelo de sociedade.

A complexidade da atividade urbana será complementada com áreas públicas de convivência, podendo ser integrado às demais atividades públicas, proporcionado às

atividades externas de saúde, educação, cultura, esporte e sociais. Áreas positivas para suas atividades extras a suas instalações.

As experiências e praticas da participação popular, demonstram ser o melhor caminho para uma melhor gestão pública, e quanto mais o poder público proporcionar canais de participação e consciência, melhor será a participação e os resultados na melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

7. Bibiografia

BOTUCATU, Câmara Municipal de Botucatu, Plano Diretor Participativo de Botucatu.

BOTUCATU, Câmara Municipal de Botucatu, Lei de Criação do Orçamento Participativo de Botucatu.

BOTUCATU, Secretaria Municipal de Planejamento, Mapas do Município de Botucatu.